



ÍNDICE

Introdução	4
Enquadramento Macroeconómico	5
RELATÓRIO DE GESTÃO	8
Relatório das Atividades Desenvolvidas	9
Organização Municipal	37
Caraterização da Entidade	38
Sistema Organizativo	40
Estrutura Política	40
Estrutura Organizativa	42
Recursos Humanos	43
Execução dos Documentos Previsionais	59
Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial	60
Análise Orçamental	64
Análise Patrimonial	92
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ÓTICA ORÇAMENTAL)	
Controlo Orçamental da Receita	DO 1
Controlo Orçamental da Despesa	DO 4
Execução das Grandes Opções do Plano	DO 8
Execução do Plano de Atividades Municipais	DO 9
Execução do Plano Plurianual de Investimentos	DO 10
Fluxos de Caixa	DO 11
Resumo dos Fluxos de Caixa e Contas de Ordem	DO 16
Operações de Tesouraria	DO 17
Modificações ao Orçamento da Receita	DO 18
Modificações ao Orçamento da Despesa	DO 21
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	DO 27
Contratação Administrativa	DO 33
Transferências Correntes – Despesa	DO 39
Transferências de Capital – Despesa	DO 41
Transferências Correntes – Receita	DO 42
Transferências de Capital – Receita	DO 43
Ativos de Rendimento Fixo	DO 44
Endividamento - Empréstimos	DO 45
Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros	DO 46
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ÓTICA PATRIMONIAL)	
Balanço	DF 1
Demonstração de Resultados	DF 4
Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados	DF 5
OUTROS MAPAS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Resumo Diário de Tesouraria	DC 1
Síntese das Reconciliações Bancárias	DC 2
Mapas de Fundos de Maneio	DC 3
Relação dos Funcionários que na Gerência Receberam Emolumentos e/ou Custas Exec. Fiscais	DC 16
Relação dos Funcionários em Situação de Acumulação de Funções	DC 17
Relação Nominal dos Responsáveis	DC 18
Transferências para as Freguesias	DC 19
Conta de Execução Orçamental	DC 20
Resumo da Execução Orçamental	DC 21



ANEXOS

ANEXO I – Organograma do Município de Azambuja	A 01
ANEXO II – Pagamentos em Atraso a 21/2/2012 (situação a 31/12/2019)	A 02
ANEXO III – Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazos	A 03
ANEXO IV – Declaração de Compromissos Plurianuais Existentes a 31/12/2019	A 04
ANEXO V – Declaração de Recebimentos em Atraso Existentes a 31/12/2019	A 05
ANEXO VI – Listagem de Pagamentos em Atraso a 31/12/2019	A 07
ANEXO VII – Listagem de Documentos Incluídos em Acordos de Pagamento	A 08

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	A 09
------------------------------	------



INTRODUÇÃO

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas identificados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental (da despesa, da receita, da execução anual do plano plurianual de investimentos, dos fluxos de caixa, contas de ordem e operações de tesouraria), bem como os anexos às demonstrações financeiras - e submetê-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

O Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do POCAL e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República de 18 de agosto de 2001 e alterada pela resolução n.º 6/2013 – 2ª Secção e pela Resolução n.º 2/2014, de 27 de novembro e 44/2015, de 25 de novembro para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2019, estão de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade de revisores oficiais de contas Pão Alvo & Associado, SROC.

O Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019 reflete a organização municipal, a caracterização dos recursos humanos, a situação económica e financeira do Município de Azambuja e a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral, e aos Municípios de Azambuja em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Na primeira parte, enunciam-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pelo Município ao longo de 2019 e abordam-se, igualmente, os aspetos determinantes da estrutura organizativa da autarquia, quer ao nível político quer ao nível dos recursos humanos.

Na segunda parte deste documento será apresentado uma análise da situação contabilística do Município de Azambuja a 31 de dezembro de 2019, centrada nas vertentes “orçamental” e “patrimonial”, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental.

Dos conteúdos tratados destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2019 e o inerente reflexo na situação patrimonial do Município (execução patrimonial).



Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Os documentos apresentados, enquanto instrumentos importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação, tanto no domínio orçamental, como no económico e no financeiro, constituem um de apoio essencial à gestão autárquica.

No contexto municipal, em matéria de recursos humanos, de destacar o acréscimo das despesas com pessoal, paralelamente à abertura de procedimentos concursais para fazer face a necessidades de serviço.

No que ao endividamento diz respeito, salientar que, mesmo com as alterações de critério introduzidas pelo atual Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), o Município de Azambuja, não só cumpre o limite como ainda possui uma situação bastante confortável (17,3 milhões de euros) face ao mesmo.

Regista-se a continuidade de resultados líquidos positivos, onde o valor global dos proveitos superou os custos em 4,8 milhões de euros, devido principalmente aos resultados operacionais que, face à evolução atípica do IMT, registaram um crescimento de 3,5 milhões de euros, continuando a refletir o rigor da gestão municipal e das políticas levadas a cabo, no sentido de racionalização dos custos, maximização dos proveitos e no cuidado na gestão de dinheiros públicos, aliado a uma nova dinâmica da atividade municipal.

No que respeita a resultados orçamentais, o Município fechou o ano de 2019 com um saldo positivo de 10,5 milhões de euros, cumprindo também com a regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei acima referida.

Podemos concluir que o rigor e o reforço da consolidação das finanças municipais, com vista a assegurar a sustentabilidade financeira no médio e longo prazo e o incremento do investimento marcaram e continuam a ser objetivos cruciais da política do Município de Azambuja.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Internacional

Em 2019 a economia mundial cresceu ao ritmo mais lento dos últimos 10 anos (2,9% face aos 3,6% de 2018).

Este abrandamento, sentido em diversos países, foi reflexo do aumento das barreiras ao comércio internacional e da incerteza geopolítica, que afetaram significativamente a economia global e todo o setor industrial, com destaque para a produção de automóveis. Por seu turno, o aumento e incerteza nas tarifas alfandegárias, em particular entre os Estados



Unidos da América e a China, prejudicaram a confiança para novos investimentos e as relações comerciais globais. Segundo as estimativas da OCDE, o crescimento real do comércio internacional abrandou dos 3,7% em 2018, para 1,2% em 2019.

Em contraste, o setor dos serviços conservou um dinamismo que permitiu manter o mercado de trabalho com uma taxa de desemprego a níveis reduzidos, conjugado com uma tendência para subidas de salários, em especial nas economias desenvolvidas.

A procura interna foi o principal impulsionador do crescimento, em particular o consumo privado. Apesar do dinamismo no mercado trabalho, em 2019 a inflação manteve-se em níveis baixos, na maioria dos casos em valores inferiores aos objetivos dos Bancos Centrais de cada país, sendo o ano marcado por políticas monetárias ainda mais expansionistas.

Na Zona-Euro a atividade económica abrandou, particularmente afetada pelo abrandamento da atividade industrial, com efeitos visíveis na contração da economia alemã no 2º trimestre de 2019. As exportações diminuíram, tendo-se sentido o arrefecimento da procura por parte da China. A incerteza quanto à permanência do Reino Unido na União Europeia foi um tema recorrente ao longo de 2019, e apenas em dezembro, com a vitória do Partido Conservador, diminuiu o impasse vivido. Em Espanha, após duas eleições ao longo de 2019, não foi possível formar governo durante todo o ano. Em Itália, as coligações governamentais sucederam-se, ainda que com o mesmo Primeiro-Ministro.

Nos Estados Unidos a economia abrandou dos 2,9% de crescimento em 2018 para cerca de 2,3% em 2019, com destaque para a forte contração na componente de investimento. A maior contribuição foi o consumo privado, suportado por uma taxa de desemprego em mínimos de 50 anos e em aumentos de salários.

A Política Monetária na Zona Euro tornou-se ainda mais expansionista em 2019. Após o terminar do programa de compras de ativos do Banco Central Europeu em 2018, as expectativas para 2019 apontavam para um período de normalização e eventual subida nas taxas de juro de referência da moeda única. Tal não se veio a confirmar, tendo o BCE, em setembro, diminuído 0,1% a taxa de juro nos depósitos, para -0,50%, retomando por um período indeterminado a compra de ativos e anunciado um novo programa, com taxas ligeiramente mais baixas e maturidades mais longas.

Também nos Estados Unidos da América a política monetária se tornou mais expansionista, revertendo as subidas de taxa de juro de 2018. A Reserva Federal reduziu a taxa de juro de referência em 0,75% terminando o ano no intervalo 1,50%-1,75%. A redução gradual do Balanço da Reserva Federal foi suspensa, iniciando a compra de ativos de curto prazo.

Economia Nacional

A economia Portuguesa registou um crescimento de 2,2% em 2019 (em 2018 fora de 2,6%). Com o abrandamento das exportações e da indústria o enquadramento externo tornou-se menos favorável. Não obstante, como o setor dos serviços se manteve relativamente imune, manteve-se a tendência positiva no mercado de trabalho.

O crescimento da economia nacional contou com o principal contributo da procura interna e, em particular, do investimento.



O dinamismo da procura interna provocou o incremento das importações enquanto que o decréscimo da procura externa, sobretudo de países fora da Zona Euro, abrandou o ritmo de crescimento das exportações – tal levará a que Portugal volte a ter uma Balança de Bens e Serviços deficitária, após os excedentes verificados entre 2013 e 2018.

A execução Orçamental em 2019 manteve a tendência de melhoria, registando-se um saldo orçamental público positivo. Também os níveis de dívida pública mantiveram a tendência decrescente, com uma taxa de juro implícita mais baixa e um perfil de reembolso mais alargado. Em 2019 as agências de rating Standard&Poor's e Fitch melhoraram a notação de risco e a agência Moody's alterou a perspetiva para Positiva.

O mercado de trabalho continuou com uma tendência positiva, com a taxa de desemprego em níveis historicamente baixos e a criação de emprego a aumentar. O crescimento do emprego reflete uma absorção de trabalhadores vindo do desemprego e um aumento, ainda que ligeiro, da população ativa, fruto da maior participação feminina, aumento da idade de reforma e um saldo migratório positivo.

A taxa de inflação, em 2019, fixou-se nos 0,3%, especialmente impactada pela evolução dos bens energéticos, afetados pela redução do preço do petróleo e a diminuição dos preços da eletricidade e gás devido a medidas administrativas nas tarifas reguladas e a diminuição da taxa de imposto.